

## UM ESTUDO SOBRE O PECADO DA ACÍDIA POR MEIO DE TOMÁS DE AQUINO

*Fabiana Roberta de Souza Cioffi***Resumo**

Examinamos um dos Sete Pecados Capitais analisados por Tomás de Aquino, a acídia. Este pecado nos remete a pensar que ninguém pode permanecer por muito tempo em tristeza, uma vez que somos senhores de nossas ações, na medida em que escolhemos as ações que praticamos. Em relação à educação, considerando o pecado da acídia, enfatizamos a palavra ‘vontade’ na qual trata da potência apetitiva espiritual e também o ‘livre-arbítrio’. Destacamos que para estas reflexões seguiremos a história social, pois com o estudo de outros tempos históricos apreendemos que tudo o que existe nas relações sociais não é natural, mas fruto das ações humanas.

**Palavras-chave:** Tomás de Aquino; Acídia; Vontade; Livre-arbítrio.

A educação diz respeito ao uso da razão, sendo que ela abrange desde os cuidados da infância até a sua formação como adulto, porquanto toda pessoa deve ser educado e instruído para tornar pessoa melhor no futuro de acordo com os princípios da moralidade, da sociabilidade, do caráter e do respeito. Ou seja, a educação deve conduzir o homem a partir de condutas corretas, para que se tornem pessoas prudentes e que saibam viver em sociedade.

É por meio das diferentes formas de se educar que podemos destacar um dos pecados capitais de Tomás de Aquino, a acídia associada à depressão. Os professores devem compreender o verdadeiro sentido da educação, de forma, que não deixe o abatimento, a falta de recursos na sala de aula, a indisciplina dos estudantes, a falta de animo, ou seja, os contratempos que podem encontrar no cotidiano como um motivo de não realizar concretamente o seu papel, que é, essencialmente, transmitir saberes. Entretanto, o professor deve saber que ele é um referencial para os educandos, pois é a partir dele que os alunos vão ou não adquirir os conhecimentos necessários para que sejam pessoas críticas e pensantes.

Na tradução de Luiz Jean Lauand<sup>1</sup> entende-se que:

A acídia [...] é uma certa tristeza, daí que Gregório por vezes empregue a palavra “tristeza” em lugar de “acídia”. [...] Ora, a acídia é o tédio ou tristeza em relação aos bens interiores e aos bens do espírito, como diz Agostinho a propósito do Salmo (104, 18) [...] (p. 92-93, 2000).

<sup>1</sup> AQUINO. Tomás de. **Sobre o ensino (De Magistro) e Os sete pecados capitais**. Tradução e estudos introdutórios Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Portanto, entendemos que não é possível educar sem ao mesmo tempo ensinar, pois uma educação sem ensino é vazia e traz danos com grande facilidade numa retórica emocional e moral. Se o profissional da educação permanece na acídia (sem vontade, sem animo), o que pode ocorrer é uma educação vazia conduzida aos alunos, onde o ensino não foi transmitido de forma que o educando aprenda não somente o conteúdo, como também que ele adquira os conhecimentos necessários.

A acídia, segundo Damasceno, é “uma tristeza acabrunhante” que produz no espírito do homem tal depressão que este não tem vontade de fazer mais nada; as coisas que são ácidas, também são frias. Por isso a acídia implica um certo desgosto pela ação. [...] Portanto, sendo a acídia, como aqui se considera, uma tristeza proveniente de um bem espiritual, é duplamente má: em si mesma e e em seus efeitos. É por isso que a acídia é um pecado, pois já se mostrou que o pecado o que é mau nos movimentos do apetite (AQUINO, p. 482, 2004).

A descrição que Tomás de Aquino faz em relação à acídia, aproxima-se com a doença da depressão nos dias atuais. Porém, isto não significa que o mesmo não possa atribuir essa ‘tristeza’ a causas naturais, alheias ao âmbito moral.

Ao analisarmos a Questão 9 da segunda seção da segunda parte da *Suma Teológica* – que compreende o sétimo volume da edição de 2003 da Editora Loyola, Tomás de Aquino enfatiza que: “[...] pertence à vontade mover as outras potências em razão do fim, que é o objeto da vontade. [...] Ela se move a si mesma para querer as coisas que são para o fim” (AQUINO, 2003, p. 153).

A partir daí, entendemos que o homem possui o querer e o não querer, o agir ou não agir, ou seja, ele é dotado de livre-arbítrio, senhor dos seus atos e, portanto, deve seguir escolher um fim determinado ou não. “[...] o homem age com julgamento livre, podendo se orientar para diversos objetos [...]” (AQUINO, p. 487, 2002).

Tomás de Aquino enfatiza que: “A escolha é o ato próprio do livre-arbítrio. Somos livres enquanto podemos aceitar uma coisa, rejeitada outra: o que é escolher. Deve-se, portanto, considerar a natureza do livre-arbítrio segundo a escolha” (p. 492, 2002).

Neste sentido, entendemos que uma educação na qual o conhecimento seja prioridade, deve-se sempre ressaltar a importância de se utilizar a razão para as tomadas de decisão que envolvem o processo de ensino-aprendizagem.

Ou seja:

[...] Assim, como o intelecto está para a razão tratando-se da apreensão intelectual, da mesma forma, tratando-se do apetite intelectual, a vontade está para o livre-arbítrio, que nada mais é do que a potência de escolha. [...] Raciocinar é propriamente passar de um ao conhecimento do outro; de onde raciocinamos propriamente sobre as conclusões que se tornam claras pelos princípios (AQUINO, p. 493, 2002).

É importante considerarmos a compreensão do processo educativo medieval para entendermos a própria sociedade medievá, pois, a concepção que Tomás de Aquino repousa em relação ao intelecto e a vontade, concede certa prevalência ao intelecto e à razão em um acordo natural mantido com a vontade e sua ordem em direção ao bem.

Por isso é claro que assim como o intelecto se refere à razão, assim também se refere a vontade à potência de escolha, isto é ao livre-arbítrio. [...] é próprio da mesma potência repousar e mover-se. Também querer e escolher é próprio de uma só e mesma potência. Por isso, a vontade e o livre-arbítrio não são duas potências, mas apenas uma (AQUINO, p. 494, 2002).

Neste sentido, podemos afirmar que os homens medievais encontraram em sua história a forma de educar, e que devemos, hoje, buscar nas questões de nosso tempo a melhor maneira para ensinar e aprender, ou seja, devemos estar atentos ao conhecimento que nos pronunciam e aceitar suas diferentes vertentes como adequadas para nosso saber. Sendo que, devemos aprender que as palavras devem ser ouvidas pela sua importância.

Na obra de Marc Bloch<sup>2</sup>, o autor diz que não há uma história, um ofício de historiador, mas sim, ofícios, histórias e outras possibilidades que podem ser acrescentadas durante os dias. O mesmo, nos mostra que para se entender as relações sociais do presente é muito importante que se conheça as raízes que a fundamentam e, indubitavelmente, estas estão fincadas no passado.

Para Bloch (2002), em cada época há novos temas, ou podemos dizer, há novas ações humanas, que falam de suas próprias inquietações e crenças, levando a novas historicidades que evidenciam ações e relações sociais distintas das anteriores, mas que, de um modo ou de outro, têm os seus resquícios em outro tempo das relações sociais.

Bloch (2002) enfatiza a importância do presente para a compreensão do passado. Assim, podemos nos remeter à importância dos dados que são transmitidos pelo professor em sala de aula, pois o mesmo leva aos alunos conhecimentos sobre os vários acontecimentos do passado e também contemporâneos, com o objetivo de que esses alunos compreendam o presente no qual estão inseridos e a partir dele possam agir frente à sociedade. Segundo Bloch “[...] o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas, o conhecimento do passado é algo em progresso, que constantemente se transforma e aperfeiçoa” (2002, p. 73).

Assim, certamente poderemos tecer essa imbricada relação entre passado/presente no que diz respeito ao uso da razão nas ações humanas, no qual podemos considerar que, em cada época, desenvolvem-se diferentes formas de se educar em virtude das vicissitudes

---

<sup>2</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 2002.

sociais. A partir daí, compreende-se que a educação deve visar sempre os valores culturais, religiosos, econômicos e políticos de determinado período, seja em períodos passados ou presentes.

Entende-se também que em qualquer período, principalmente quando enfatizamos o termo ‘ações humanas’ e primordialmente lembrando como a educação atual se encontra, nos deparamos com uma crise na educação na qual envolve vários aspectos sobre o ensino, pois, entende-se que o professor, é aquele que é capaz de ensinar qualquer coisa, porém o que acontece, em geral, é que ele sabe pouco mais do que os seus alunos.

Assim, o professor, que deveria estar num exercício constante de aprendizagem para que não transmita conhecimentos que não sejam eficazes/ importantes, acaba por inculcar um saber-fazer. O resultado é uma espécie de transformação das instituições de ensino geral em institutos profissionalizantes. “No ensino, o professor deve conduzir o aluno ao conhecimento do que ele ignorava, seguindo o caminho trilhado por alguém que chega por si mesmo à descoberta do que não conhecia” (LAUAND, p. 82, 2000).

## Referências

AQUINO, Tomás de. **Sobre o ensino (De Magistro) e Os sete pecados capitais**. Tradução e estudos introdutórios Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Trad. Pe. Gabriel C. Galache, SJ & Pe. Fidel García Rodríguez, SJ (Dir.). São Paulo: Edições Loyola, 2003. (v. III).

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Trad. Pe. Gabriel C. Galache, SJ & Pe. Fidel García Rodríguez, SJ (Dir.). São Paulo: Edições Loyola, 2002. (v. II).

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Trad. Pe. Gabriel C. Galache, SJ & Pe. Fidel García Rodríguez, SJ (Dir.). São Paulo: Edições Loyola, 2004. (v. V).

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 2002.

GUIZOT, François. **Sétima lição**. In: \_\_\_\_\_. Histoire générale de la civilisation en Europe, depuis la chute de l’Empire Romain jusqu’à la Révolution Française. Bruxelles: Langlet, 1938.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Tradução Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.